

ENTRE O PARECER DE RUI BARBOSA E AS REVISTAS PEDAGÓGICAS CARIOCAS E PAULISTAS (1891-1920): um modelo comum para o ensino do Desenho?

Marcos Denilson Guimarães¹
Wagner Rodrigues Valente²

RESUMO

Neste artigo são apresentados discursos veiculados em revistas pedagógicas cariocas e paulistas, no período de 1891 a 1920 sobre o ensino do saber elementar Desenho. A esse propósito, interessa-nos questionar: é possível que o modelo de Rui Barbosa tenha circulado e ganhado força nas propostas, em particular, dessas revistas? Há nesse conjunto de documentos indícios de um modelo comum de um *saber a ensinar e para ensinar* Desenho oriundos das indicações apresentadas no Parecer de Rui Barbosa? Como fundamentação teórica baseamo-nos nos conceitos de Chartier (1990), Hofstetter & Schneuwly (2009) e nos estudos de historiadores da educação brasileira. Conclui-se que, e ao que tudo indica, o *saber a ensinar e para ensinar* Desenho caracterizado pela proposta de Rui Barbosa, em certa medida, é reapresentado nas propostas de ensino divulgadas pelas revistas. A sua defesa por um ensino do desenho de cópia, de invenção e de imitação aproxima-se da defesa do saber a ensinar desenho ao natural dominante nas primeiras décadas do século XX. Outros elementos como a menção do ensino do Desenho ligado à formação de profissionais, ao treino do olho e da mão, isto é, à formação de sujeitos e de habilidades, são também fortes indícios de características herdeiras do padrão defendido por Rui Barbosa em seu famoso Parecer. Desse modo, tais resultados apontam para a existência de certo conhecimento das ideias propagadas por Rui Barbosa por parte dos redatores das revistas culminado na aparente existência de um modelo que “ganhou vida” em outros momentos, isto é, na existência de um modelo comum para o ensino deste saber.

Palavras-chave: Rui Barbosa. Parecer. Ensino do Desenho. Saberes. Revistas pedagógicas.

ABSTRACT

In this article are presented speeches published in pedagogical magazines of the Rio de Janeiro and São Paulo in the period from 1891 to 1920 about teaching of knowledge elementary Drawing. In this respect, we are interested in question: it is possible that the model of Rui Barbosa has circulated and gained strength on the proposals, in particular, of these magazines? There is in this set of documents evidence of a common model of the *a knowledge a teach and knowledge to teach* Drawing based on the indications of Rui Barbosa? As theoretical foundation we rely on the concepts of Chartier (1990), Hofstetter & Schneuwly (2009) and in studies of historians of education. It is concluded that, apparently, *the knowledge to teach* Drawing characterized by the proposed Rui Barbosa, to some extent, is reviewed in the education proposals released by the magazines. Your defense for a teaching of the drawing of copy, of invention and imitation

¹ Doutorando da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Guarulhos. E-mail: markito_mat@hotmail.com.

² Docente da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Guarulhos. E-mail: ghemat.contato@gmail.com.

approaching defense of the *knowledge a teach* natural drawing dominant in the first decades of the 20th century. Other elements such as the mention of the teaching of the drawing attached to the formation of professionals, the training of the eye and the hand, i.e. the formation of subjects and skills, are also strong evidence of heirs of the standard features defended by Rui Barbosa in his famous report. Thus, these results point to the existence of certain knowledge of the ideas propagated by Rui Barbosa on the part of the editors of the magazines culminated in the apparent existence of a model that “came life” at other moments, that is, the existence of a common model for the teaching of the Drawing

Keywords: Rui Barbosa. Report. Teaching of Drawing. Knowledges. Pedagogical Magazines.

INTRODUÇÃO

Estudioso da organização dos sistemas educativos brasileiros (primário, médio e superior) e, ao mesmo tempo, tomado pelo sentimento de que a educação e a modernização do país exigiam a formação de um novo cidadão, Rui Barbosa muito atento ao movimento internacional, testemunhado pelas leituras de obras estrangeiras realizadas, atuou como “intérprete das ideias pedagógicas em circulação e como intermediário da circulação destas no Brasil” (Souza, 2010, p. 94).

A preparação e escrita final do *Parecer da Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*, publicado em 1883, ao mesmo tempo em que representou um avanço na discussão das ideias a respeito da instrução primária do nosso país permitiu a Rui Barbosa o seu reconhecimento como um dos primeiros intelectuais brasileiros a ganhar notoriedade pela discussão aprofundada a respeito do ensino do Desenho, tamanha notoriedade dada a esse saber.

Lançando mão de estudos estrangeiros, Rui Barbosa fez uma análise sistemática de dados apurados em relatórios e congressos internacionais e que orientavam a produção do ensino do Desenho em diferentes países. Todavia, outros veículos de disseminação de ideias, como as revistas pedagógicas, também começavam a participar deste contexto de produção de referências para o auxílio do aprendizado do desenho. A esse respeito, interessa-nos analisar os discursos veiculados em revistas pedagógicas cariocas e paulistas, no período de 1891 a 1920, sobre o ensino do Desenho a fim de identificarmos possíveis indícios de diálogo entre esses discursos e o modelo pedagógico do Desenho proposto por Rui Barbosa em 1883. Em outras palavras, questionamos: é possível que o seu modelo

tenha circulado e ganhado força nas propostas, em particular, dessas revistas? Há nesse conjunto de documentos indícios de um modelo comum de um *saber a ensinar e para ensinar* Desenho oriundos das indicações apresentadas no Parecer de Rui Barbosa?

Nesse caso, tomamos como base para esta investigação os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo por serem considerados estados “precursores na disseminação de revistas pedagógicas no país” em que “desde 1891 trazem a público discussões sobre o ensino do desenho (Leme da Silva, Camara, Frizzarini, Trindade & Guimarães, 2016). Sobre o período de estudo, 1891 a 1920, este corresponde ao momento em que o país passa a ser balizado por um novo projeto republicano de institucionalização do ensino primário por meio da criação dos grupos escolares paulistas, em 1893 e, posteriormente difundidos para outros estados brasileiros. Além disso, é neste período que um novo método de ensino, o método intuitivo ou lições de coisas, torna-se uma importante matriz discursiva de internacionalização da educação.

Relativamente às revistas, a escolha delas se justifica por ser o ensino do Desenho um tema muito presente nesses periódicos dada a sua importância como um dos saberes necessários à educação da escola primária e, conseqüentemente pelo fato de que tais periódicos são entendidos como uma parcela importante do debate educacional proporcionando a reconstrução de uma parte da vivência pedagógica da época (Mathieson, 2013). As revistas cariocas e paulistas aqui examinadas estão disponíveis e podem ser consultadas *on-line* através do acesso ao repositório de conteúdo digital da UFSC³. Constituem também fontes de investigação para este texto o relatório da primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro de 1883 e o discurso “*O desenho e a arte industrial*” proferido por Rui Barbosa em 1882 no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Ademais, utilizou-se alguns estudos recentes sobre o tema tais como os elaborados por (Frizzarini, Trindade & Leme da Silva, 2015) e (Leme da Silva et al, 2016).

³ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>.

UM MODELO DE ENSINAR DESENHO EM RUI BARBOSA: uma breve caracterização

É possível considerar que a análise da produção de Rui Barbosa relativamente ao Desenho permite-nos extrair de seus estudos um *saber para ensinar* Desenho. Tal saber encontra-se articulado a um *Desenho a ensinar*⁴. Dessa maneira, neste texto ensaiamos explicitar como Rui Barbosa dá visibilidade a alguns elementos do *saber a e para ensinar* Desenho de modo a tratá-lo como um saber de referência na e para a formação dos alunos da escola primária.

Vendo o ensino popular do Desenho como “*a grande preocupação dos nossos dias*” (Barbosa, 1882, p. 5) Rui Barbosa afirmava veemente que o desenho era o agente capaz de transformações incalculáveis, de “prosperar ou empobrecer Estados, vestir ou despir aos povos o manto da opulência comercial” (Barbosa, 1882, p. 7) e, que por isso, deveria ser encetado desde o Jardim de Infância até à universidade como base obrigatória na educação de todas as camadas sociais. Estão assim dadas as condições do Desenho enquanto um *saber a ensinar*. Todavia, para ser visto como tal base, era preciso resolver mais um problema. Tratava-se de romper com a ideia de que o desenho era algo estritamente reservado aos espíritos mais esclarecidos, aos membros das classes sociais mais ricas. Segundo Rui Barbosa, o desenho era algo acessível a todos os homens, e não somente um privilégio dos artistas por vocação e profissão.

Como parte essencial do ensino primário mais algumas finalidades são elencadas. É defendido por Rui Barbosa uma relação mais próxima entre o desenho/modelação e a escrita. Em outras palavras, caberia ao ensino do Desenho precedência à escrita de modo a facilitar e preparar o aluno para o ensino deste outro saber. Em tese, modelar formas já daria ao aluno mais precisão na execução dos movimentos considerados mais simples. No entanto, não era somente a escrita que ganhava o auxílio do desenho. Da mesma maneira, este mesmo ensino do Desenho deveria participar do estudo dos saberes aritméticos,

⁴ Neste ponto, lançamos mão da caracterização de saberes *a ensinar* e *para ensinar* dos historiadores suíços Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly. Para esses estudiosos da história social da educação suíça, ao ganhar lugar privilegiado nas formações do professor formador e do professor tais saberes se diferenciam de duas formas. A grosso modo, entendem saberes a ensinar como os objetos de trabalho destes profissionais. Isto é, referem-se àquilo que o aluno deve aprender, mais precisamente, os conteúdos de ensino notadamente explicitados pelos planos de estudos ou currículos, os manuais, os textos prescritos de diferentes tipos, etc. Ligado a esse saber a ensinar estão os saberes para ensinar. Desse modo, são entendidos como os saberes sobre os saberes a ensinar. Em outras palavras, estão mais voltados para as orientações de como ensinar determinado saber.

geométricos, geográficos, etc. Desse modo, o saber desenhar não era simplesmente um saber artístico ou industrial, ele também se tornou escolar, uma estratégia de ensino, porque era visto como “pré-requisito” para outros saberes já escolarizáveis. Entendemos o ensino do Desenho como “pré-requisito” para outros saberes já escolarizáveis, como a leitura e a escrita, um elemento de introdução, um instrumento facilitador desses, parte integrante das primeiras matérias do curso primário. Aqui, estão dadas as condições *para ensinar* Desenho. Sua ascendência sobre a escrita, pré-requisito para o ensino de outros saberes.

Ainda nesse mesmo âmbito, para o ensino do Desenho o aluno não precisava ser um exímio desenhista. Nesse caso, como responsável por esta formação recomendava-se ao professor não confundir desenho com arte. Sobre isso e baseando-se no relatório de Thomas Braun afirmou Rui Barbosa: “Quase todos nascem de uma confusão, em que de ordinário caímos, entre desenho, que é a *ortografia das formas* percebidas pela vista, e a arte, que é a *tradução das formas concebidas pelo nosso espírito*” (Barbosa, 1946, p. 118). Logo em seguida a isso disse o seguinte: “Quando ensinamos ortografia a uma criança, de certo não pensamos em fazer dela *um homem de letras*; quando ensinamos um menino a reproduzir os objetos que vê, também não temos a ambição de convertê-lo *em artista*” (Barbosa, 1946, p. 118)

Enquanto isso, no momento de execução dos tipos de desenho a ensinar defendidos por Rui Barbosa (desenho de cópia e objetos – desenho de memória, de invenção e de imitação a tempo fixo) foram apontadas várias outras recomendações ao professor. Para o ensino deste saber, convinha primeiramente que esse conhecesse bem o grau de aptidão de seus discípulos e, partindo disso, formar classes não numerosas para que pudesse “corrigir cada um dos trabalhos de cada um dos discípulos duas e até três vezes durante a lição” (Barbosa, 1946, p. 146). Outra informação extremamente importante refere-se à escolha dos objetos e estampas. Segundo Rui Barbosa, os professores deveriam deixar livre os alunos para a escolha destes.

Se de um lado, isso é revelador de uma prática de imitação de modelos, de outro é revelador de que ao escolher o modelo para desenhar a “exatidão do desenho obtem-se progressivamente, com o tempo” já que “forçar o discípulo logo a grande rigor seria pedir o impossível, e cansá-lo” (Barbosa, 1946, p. 148).

Portanto, em suma, é possível afirmar que o modelo proposto pelo intelectual baiano Rui Barbosa de um *saber a ensinar e para ensinar* Desenho foi caracterizado por

uma ideia modernizadora oriunda em grande medida dos estudos de caráter internacional que tomavam o ensino do Desenho como elemento fundamental e imprescindível à educação primária de vários países. No nosso caso, Rui Barbosa caracterizou este saber como um saber diferencial responsável pela “construção” de novos sujeitos, novos operários, e novos profissionais. Além desse seu caráter de um saber para formar profissionalmente, o ensino do Desenho visava uma educação popular, para todos, em que por meio do uso dos sentidos as crianças, desde o jardim de infância, cultivariam as faculdades de observação, de invenção e de retenção mental. Em outras palavras, o ensino do Desenho era recomendado por Rui Barbosa para uma educação do olho e da mão, para o auxílio a outros ramos de ensino como a leitura e a geometria, por meio de desenhos de invenção, de memória e a tempo fixo, sem, claro, a pretensão de torná-los, a criança e o professor, artistas. E no caso das revistas, pode-se dizer que este modelo se constituiu como um modelo comum? É o que veremos a seguir.

AS REVISTAS EXPRESSAM NOVOS SABERES A ENSINAR E PARA ENSINAR DESENHO?

Ainda no final do século XIX o movimento de disseminação de ideias pedagógicas relativo ao ensino do Desenho é dado a ler (Chartier, 1990) em publicações oficiais a partir de esforços daqueles preocupados com a organização e alcance do ensino primário brasileiro. Surgem, então, por volta deste período, publicações que exploravam minuciosamente o tema da instrução pública em seus diferentes níveis de ensino. Muitas delas, alinhadas aos discursos internacionais, apontavam alternativas sobre práticas escolares, saberes pedagógicos, etc. Inseridas nesse bojo, as revistas pedagógicas adquirem um papel extremamente importante dada a sua potencialidade de dar-nos a conhecer, em certa medida, as supostas finalidades reais da educação em cada período e lugar estudado. Sem contar que elas são entendidas por (Hofstetter & Schneuwly, 2009, p. 25) como instrumentos de profissionalização dos professores primários “lhes permitindo de se erigir interlocutores legítimos dos debates sobre a evolução da escola, da sua profissão e da sua formação”.

Assim, munidos das informações ressaltadas em subtópico anterior, ensaiamos neste texto identificar em que medida o *saber a e para ensinar* Desenho proveniente da

análise do Parecer de Rui Barbosa, em 1883 e, caracterizado nas linhas acima, teve ou não continuidade fora deste contexto. Em outras palavras, há pistas de um modelo comum para ensinar Desenho no conjunto de documentos analisados?

Perseguindo essa questão, iniciamos efetuando uma análise a respeito do conjunto de artigos da *Revista Pedagogica* editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1891 e 1895 pela Livraria Classica de Alves & C. Publicada mensalmente pelo Pedagogium e, sob a coordenação do Dr. Menezes Vieira esta revista tratava de diferentes assuntos em sua grande maioria ligados à discussão internacional, por meio da seção intitulada “Chronica do Exterior” e também à discussão nacional, na seção “Chronica do Interior”.

Sob a responsabilidade de estudar a organização do ensino primário de alguns países da Europa, os professores Luiz dos Reis e D. Amelia Fernandes da Costa registraram cuidadosamente, em forma de relatórios, informações e dados estatísticos sobre o funcionamento das escolas primárias dos países visitados. No relatório assinado por Luiz dos Reis sobre o ensino primário de Portugal, relata, de acordo com Carta de lei de 2 de maio de 1882, que a instrução primária daquele país era dividida em dois graus: elementar e complementar. Ao que nos interessa, para a instrução primária elementar, obrigatória desde os seis aos doze anos de idade para as crianças de ambos os sexos, é mencionado o saber a ensinar *princípios de desenho* (Reis, 1891).

Um segundo relatório explorou o caso das escolas francesas. Elaborado pela professora D. Amelia Fernandes e, baseando-se no decreto de 18 de janeiro de 1887, relata que o ensino nas escolas primárias elementares daquele país, deveria levar em conta, além de outros saberes, o ensino de *elementos de desenho* condensados na matéria de *Desenho* (Costa, 1891). Em análises já efetuadas por (Leme da Silva, Camara, Frizzarini, Trindade & Guimarães, 2016), em que tomaram como fontes estes mesmos relatórios, os autores indicam que na orientação francesa a ênfase estava no desenho de invenção, de reprodução e na presença de objetos usuais para serem representados, sem que fossem explicitadas as figuras geométricas como no caso do relatório português. Entendimento esse reforçado em estudo feito por (D'enfert & Lagoutte, 2004) em que ao comentar sobre as instruções oficiais para os anos de 1880-1895 a respeito do curso de desenho para a escola primária daquele país afirmam que a recomendação era de que o professor executasse um desenho modelo no quadro negro que depois de analisado era reproduzido por todos os alunos ao mesmo tempo. Esse saber objetivava, segundo eles, “[...] respeitar as proporções e

reproduzir o modelo com exatidão segundo as regras determinadas” (D'enfert & Lagoutte, 2004, p. 10).

Continuando com a análise desta revista, ainda na seção “Chronica do Exterior”, de setembro de 1893, é publicado o relatório a respeito do ensino do Desenho belga das escolas primárias comunais (Revista Pedagógica, 1893). Nitidamente, neste relatório é mencionado como método geral o ensino do *desenho ao natural* em que as crianças representariam objetos usuais à sua vista, ou seja, aqueles colocados diante de seus olhos. Além disso, é enfatizado que estas séries de objetos são de grande importância, porém não constituía a única maneira de desenho ao natural. Neste sentido, são mencionados também o *desenho geométrico à mão livre* e o *desenho de ornato* como os saberes a ensinar.

Atravessando o Oceano Atlântico, ainda neste mesmo ano, um importante acontecimento retoma o debate a respeito do ensino do Desenho. Trata-se da primeira exposição pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883. Na introdução escrita por Leôncio de Carvalho é apontado que a riquíssima exposição pedagógica que ora acontecia na capital do Império teve como fim “promover o ensino primário pelo exemplo dos povos cultos e pelo conselho dos autorizados mestres” (Primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro, 1884, p. 3).

Assinado pelos membros da comissão I. C. Galvão, professor, José João de Povoas Pinheiro e W. Ricketts é enfatizado no parecer⁵ sobre o ensino do Desenho que as revelações feitas pelas grandes exposições industriais já não via a importância do desenho apenas como uma arte recreativa, mas, como um instrumento essencial ao cultivo das faculdades mentais da criança, e mais especialmente como um poderoso agente de fecundação do trabalho e conseqüente fonte de riqueza para os Estados. Discurso semelhante ao de Rui Barbosa em seu Parecer e referindo-se ao Parecer foi considerado pelos autores como “verdadeiro monumento encyclopedico erigido á instrucção primaria” (Primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro, 1884, p. 55). Essa é, sem dúvida, uma pista de que as orientações pensadas por Rui Barbosa já estavam circulando.

Voltando ao caso das revistas, agora paulistas acompanhem-nos novamente as discussões sobre o ensino do Desenho. E uma das primeiras publicações de destaque, antes mesmo da oficialização do programa paulista de 1894, foi a revista *A Eschola Pública* -

⁵ Em todo o documento são encontrados 29 pareceres diversos.

sob a direção dos professores Oscar Thompson, Joaquim de Sant’Anna, A. R. Alves Pereira e Benedito M. Tolosa -, que teve seu primeiro número divulgado em julho de 1893.

O ensino do Desenho, nosso foco principal, tem destaque na parte intitulada “*Primeiras lições de Desenho*”, de autoria de Benedito M. Tolosa⁶. Tomando como parâmetro o caráter do ensino moderno, isto é, aquele dado à criança através dos sentidos, afirmava que “o desenho é uma disciplina exigida por lei nas escolas primárias, e para esse ensino, que não é fácil, chamamos a atenção dos professores” (Tolosa, 1893, p. 2), os quais deveriam encontrar no desenho “muitos motivos para bem exercer a sua missão, pela influência moral que a disciplina exerce no espírito de seus discípulos” (Tolosa, 1893, p. 2).

Na escrita deste conjunto de artigos, *Primeiras lições de Desenho*, o legislador paulista mantém uma estreita ligação do desenho com os elementos geométricos, sobretudo elementos da geometria plana. Esses elementos geométricos são chamados para a construção de desenhos em que são solicitadas noções de ponto, linha, reta, ângulos, etc. Ou seja, para Benedito Tolosa, os elementos geométricos vistos como os saberes a ensinar deveriam estar intrinsecamente ligados ao desenho, o que atendia a proposta do programa paulista de 1894. Em suma, tem-se aí a defesa por um desenho geométrico feito à mão livre. Vale ressaltar, que esta mesma conclusão é rerepresentada em (Leme da Silva, Camara, Frizzarini, Trindade & Guimarães, 2016). Um outro tipo de desenho destacado na revista é o *desenho decorativo, desenho de bordado ou ornamento* evidenciados a partir do estudo acerca do princípio de repetição horizontal.

Na mesma revista temos também os estudos realizados por Oscar Thompson a partir do ano de 1896. Nesse caso, o autor faz uma tradução e adaptação do Manual de Mary D. Hicks e John S. Clark⁷. Compilados na seção “*O uso dos modelos - Guia do professor para o Estudo de Forma e Desenho nas escolas primárias*”, os artigos deste autor também eram direcionados ao estudo de elementos geométricos, todavia, desta vez, para os elementos da geometria espacial. Segundo os autores da obra, “Considerado, portanto, como um curso de exercícios – o Estudo de Fôrma e Desenho – tem em vista o desenvolvimento mental, mediante o uso combinado da mão e da vista” (Thompson, 1896, p. 35). Em outras palavras, isso significava dizer que os alunos fariam o reconhecimento dos sólidos a partir tanto do toque quanto da visão, sendo que a *forma* era melhor

⁶ Um dos autores do programa paulista de 1894, formou-se pela Escola Normal da capital no ano de 1891.

⁷ Ainda não obtemos informações adicionais sobre este manual.

concebida caso houvesse contraste de comparação. O papel do professor era conduzir a aula de maneira a colocar os alunos em atividades de manuseio, de tato “de modo a *fixar* a percepção das formas recebidas pela palma da mão e pela sensibilidade muscular” (Thompson, 1896, p. 36).

Passam-se mais alguns anos e na virada do século o ensino do Desenho é retomado em artigos de diferentes revistas paulistas. O primeiro artigo em que há uma publicação sobre o ensino desse saber é encontrado na *Revista de Ensino* de agosto de 1903 (ano II, n.3). Nessa revista, “Um pouco de desenho por D. R. Angsburg” é o nome do artigo assinado por Ramon Roca.

Partindo do princípio de que os professores sabem sim desenhar embora, não cheguem a ser considerados artistas e que, por isso, não saberiam fazer lindos desenhos, é explorado no artigo como a prática do desenho no dia a dia poderia mudar tal percepção. Para o autor, “Conhecemos um objecto sómente na proporção do emprego que delle podemos fazer. – *O uso é a medida do nosso conhecimento*” (Roca, 1903, p. 282). Mesmo executando inicialmente desenhos simples, ora ridículos, o importante é entender que qualquer objeto pode ser representado por suas linhas principais e características específicas.

O próximo artigo a ser publicado nesta revista referente ao ensino do Desenho é o de Persio da Cunha Canto. No artigo intitulado “Desenho” é claramente indicada a opção do autor pelo método moderno, entendido como aquele que “veio, por assim dizer, abrir uma nova era no ensino do desenho – o *desenho copiado ao natural*” (Canto, 1906, p. 768). Todavia, que método de ensino do desenho deveria então ser abandonado? O autor esclarece: “Até hoje todos os methods têm dado resultados completamente nullos. Fica-se unicamente imbuido nessas figuras geometricas (referimos ao methodo geometrico) que absolutamente não educam a mão e a vista” (Canto, 1906, p. 768). Por esta citação, fica claramente mencionado que são apontadas duras críticas ao método do desenho geométrico, recomendado, como vimos anteriormente, nas publicações das décadas finais do século XIX. Dito de outro modo, “Em poucas palavras, o que caracteriza o methodo natural é pôr em jogo quotidianamente as faculdades do menino e dirigir sua atividade para os objectos e seres que o cercam e fazer-se-lhe notar mais especialmente aquelles que convem observar” (Canto, 1906, p. 768), pois “A questão não está em saber si a criança faz bons desenhos, porém, sim, saber si desenvolve suas faculdades” (Canto, 1906, p. 768). Cabe aqui uma ressalva a esse mesmo tipo de pretensão abordada e defendida em Rui

Barbosa que ao se posicionar a respeito do método inglês disse que a exatidão do desenho deveria ser obtida progressivamente, com o tempo e, que forçar o aluno logo a usar de rigor seria pedir o impossível além de cansá-lo.

Ainda no mesmo ano mais dois artigos são publicados. Reunindo as ideias, os artigos assinados por Jorge Moreau denominado “A natureza mestre de desenho. Bancarrota do ensino oficial” (Moreau, 1906) e, o artigo assinado por Renée Pingrenon chamado “A natureza, mestre de Desenho. Segundo Congresso Internacional (Berne, 26 de agosto de 1904)” (Pingrenon, 1906), novamente retomaram o discurso contra o ensino do desenho geométrico e a defesa pelo ensino do desenho ao natural. Nas palavras de um dos autores, a ineficiência do método chamado geométrico estava no modo nulo de fazer os alunos franceses e também americanos, ao final dos estudos, saberem desenhar, tendo em vista tratar-se de um trabalho mecânico, contraído, incapaz de ser traduzido numa ideia gráfica pessoal e de esboço do natural (Moreau, 1906). Neste caso, insistia na renovação pelo ensino do desenho pelo método natural. Tal método consistia num “estudo imediato dos seres vivos e das coisas da natureza que se deparam ao olhar do observador” a fim de tornar, após alguns exercícios preliminares, “a mão flexível, sem modelo ou padrão, sem riscos prévios, sem instrumento ou artifício para o olho ou para a mão” (Moreau, 1906, p. 18).

Essa circulação internacional de ideias sobre questões escolares e o ensino do Desenho no Brasil por meio de revistas e de autores brasileiros mais uma vez reforça a ideia de Matasci (2015) de que a circulação de saberes e reformas de instrução pública estrangeiras refletem bem o processo de internacionalização de reformas escolares e a representação de modelos. Para (Leme da Silva, Camara, Frizzarini, Trindade & Guimarães, 2016, p. 80), “demandas externas à escola, como a profissionalização e a organização dos Congressos internacionais de Desenho interferem e modificam uma cultura escolar estabelecida ao longo do tempo”.

Com uma discussão mais abrangente, o artigo “Desenho do natural” de Cymbelino Freitas vem novamente reforçar o importante papel do desenho do natural na cultura geral da inteligência infantil. Retoma também, como nos textos anteriores, as críticas ao método do desenho geométrico (Freitas, 1911). Além disso, a defesa pela cópia direta dos objetos seguindo uma marcha que vai da cópia de desenhos fáceis, de memória e inventivos ou de imaginação nos faz recordar da defesa de Rui Barbosa pelo método de ensino inglês o qual contemplava esses tipos de desenhos. Tais desenhos, de acordo com o

intelectual baiano, lançava mão de cópias e objetos, de elementos já aprendidos em etapa anterior e daqueles “tirados da escala do ensino imediatamente inferior à capacidade do discípulo” (Barbosa, 1946, p. 147). Progressivamente, nos terceiro e quarto anos o desenho deveria ser encarado pelo seu lado utilitário sem, entretanto, a pretensão de formar artistas, outra importante característica apontada e debatida por Rui Barbosa.

Para Ramon Roca, em artigo publicado na Revista de Ensino de 1912, menciona que a habilidade de desenhar precisava ser adquirida pelo aluno, como preparo indispensável para qualquer ofício, arte ou ramo de conhecimentos a que viesse realizar e dedicar-se posteriormente (Roca, 1912). Vê-se, portanto, que essas ideias se aproximavam com aquelas presentes em revistas anteriores que enfatizaram a questão do ensino do Desenho como um saber profissional, necessário à formação profissional do aluno. Nota-se também uma permanência visível em relação as propostas e discussões acaloradas de e por Rui Barbosa.

Já em “Theoria e pratica do desenho” o autor N. M. E. N. S. se debruça sobre a questão do método aplicado ao desenho. Adepto do método analítico de ensino (partir do todo para as partes) encaminha sua defesa inicialmente fazendo uma comparação entre geometria e desenho. Considerando a geometria uma ciência toda ela abstrata, via no traçado de linhas, retas, curvas, ângulos, etc., falsas apreciações de garantir ao aluno alguma habilidade manual. Fora de ser entendido como uma questão de arte, o desenho era visto como uma questão de utilidade, com fins de educar também a vista (N. M. E. N. S., 1913).

Por fim, seguem as análises de dois artigos de autoria de Raphael Falco – professor de Caligrafia e Desenho - publicados, respectivamente, na Revista da Escola Normal de São Carlos de 1916 e de 1920. Em “Como deve ser a sala de desenho” e em “Fim do desenho nas escolas primarias e normaes”, respectivamente, Raphael Falco disse que o ensino do Desenho era o responsável pelo desenvolvimento e cultura intelectual do indivíduo, agindo “sobre a riqueza e produção do paiz, fazendo os seus operarios mais engenhosos e menos doces á rotina [...] Não é um luxo, é uma das expressões da sociedade e da civilização” (Falco, 1916, p. 15). Além disso, ressaltou que a criança é inclinada ao desenho “não só porque satisfaz a atividade desta, mas porque precisa, define as imagens que se formam em seu espírito” (Falco, 1920, p. 90). Outras defesas do autor relativas a prática e a importância do ensino do Desenho basearam-se no desenvolvimento das faculdades de observação, do sentido da vista, do julgamento da criança, no cultivo da

atenção e da memória, do adestramento da mão, o amor pelo belo e pelo verdadeiro. Características extremamente debatidas anteriormente.

CONSIDERAÇÕES

Por meio da história cultural buscou-se compreender e explicar as transformações que ocorreram ao longo destes 29 anos de instrução pública primária brasileira em relação ao ensino de um *saber a ensinar e para ensinar* Desenho presente na proposta encabeçada por Rui Barbosa em 1883 e nas revistas cariocas e paulistas de finais do século XX e primeiras décadas do XX.

Conclui-se que, e ao que tudo indica, o *saber para ensinar* Desenho caracterizado pela proposta de Rui Barbosa, em certa medida, é reapresentado nas propostas de ensino divulgadas, sobretudo, nas revistas paulistas. A sua defesa por um ensino do desenho de cópia, de invenção e de imitação aproxima-se da defesa do desenho ao natural como o *saber a ensinar* dominante nas primeiras décadas do século XX. Outros elementos como a menção do ensino do Desenho ligado à formação de profissionais, ao treino do olho e da mão, isto é, à formação de sujeitos e de habilidades, são também fortes indícios de características herdeiras do padrão defendido por Rui Barbosa em seu famoso Parecer o qual veio à tona no ano de 1883.

Desse modo, tais resultados apontam para a existência de certo conhecimento das ideias propagadas por Rui Barbosa por parte dos redatores das revistas, sobretudo paulistas, culminado na aparente existência de um modelo que “ganhou vida” em outros momentos, isto é, na existência de um modelo comum para o ensino do Desenho. Diferentemente do que ocorreu com as propostas do Brasil Império em que o desenho estava, majoritariamente, atrelado à elementos geométricos na forma de Desenho linear ou geométrico. Especificamente sobre isso, vimos a permanência dessa cultura nos artigos, ainda de finais do século XIX, produzidos por Oscar Thompson e Benedito Tolosa.

Em suma, este conjunto de afirmações nos dão uma ideia do quanto social e culturalmente as representações coletivas ganham forma e sentido. Os discursos sobre o ensino do desenho ao natural foram sendo percebidos internacionalmente, como pôde ser visto no relatório belga e, nacionalmente passaram a ser incorporados no curso primário

como um meio de favorecer a criatividade e espontaneidade das crianças na execução de desenhos da natureza que lhes solicitavam atenção, observação e boa memória.

Referências

Barbosa, R. (1882). *O desenho e a Arte Industrial*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa. Fonte: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_ODesenho_e_a_ArteIndustrial.pdf.

Barbosa, R. (1946). *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

Canto, P. C. (1906). Desenho. *Revista de Ensino*, janeiro, 767-770. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97521>.

Chartier, R. (1990). *A história cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

Costa, A. (1891). Segundo relatório da professora D. Amélia F. da Costa. *Revista Pedagogia. Revista Mensal do Pedagogium*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. Acesso em 22 de Janeiro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158560>.

D'Enfert, R. & Lagoutte, D. (2004). *Un art pour tous le dessin à l'école de 1800 à nos jours*. França: INRP.

Falco, R. (1916). Como deve ser a sala de aula de desenho. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, novembro, 13-17. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126482>.

Falco, R. (1920). Fim do desenho nas escolas primarias e normas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, junho, 86-94. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130773>.

Freitas, C. (1911). Desenho do natural. *Revista de Ensino*, dezembro, 126-138. Acesso em 12 de Setembro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97339>.

Frizzarini, C. R. B., Trindade, D. A., & Leme da Silva, M. C. (2015). Que desenho ensinar? Análise de discursos das revistas pedagógicas de São Paulo no início do século XX. *Boletim GEPEN*, 46-58.

Hofstetter, R., & Schneuwly, B. (2009). Introduction. Savoirs en (trans)formation. Au coeur des professions de l'enseignement et de la formation. In: R. Hofstetter, & B. Schneuwly, *Savoirs en (trans)formation*. Bruxelles: De Boeck Supérieur "Raisons éducatives", 7-40.

Leme da Silva, M. C., Camara, A., Frizzarini, C. R. B., Trindade, D. A. , & Guimarães, M. (2016). A circulação nacional e internacional de ideias pedagógicas sobre o Desenho no curso primário: São Paulo, Sergipe, Santa Catarina e Paraná, 1890-1930. In: Valente, W. R. & Pinto, N. B. (Orgs.). (2016). *Saberes elementares matemáticos em circulação no Brasil: dos documentos oficiais às revistas pedagógicas, 1890-1970*. São Paulo: Livraria e Editora da Física, 61-86.

Matasci, D. (2015). *L'école républicaine et l'étranger: une histoire internationale des reformes scolaires en France*. Lyon: ENS Éditions.

Mathieson, L. C. (2013). Educação na primeira república: alfabetização e cultura escolar na Revista de Ensino (1902-1910). *História da Educação (on-line)*, 17, 177-194.

Moreau, J. (1906). A natureza, mestre de desenho: Bancarrota do ensino oficial. *Revista de Ensino*, julho, 16-21. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97515>.

N. M. E. N. S. (1913). Theoria e pratica do desenho. *Revista de Ensino*, setembro, 23-30. Acesso em 12 de Setembro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97333>.

Pingrenon, R. (1906). Natureza, mestre de Dezenho: Segundo Congresso Internacional. *Revista de Ensino*, setembro, 57-59. Acesso em 12 de Setembro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97514>.

Primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro. (1884). Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

Reis, L. (1891). Relatório do professor Luiz A. dos Reis. Primeira parte - Portugal e Espanha. *Revista Pedagogica. Revista Mensal do Pedagogium*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C. Acesso em 21 de Janeiro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158561>.

Revista Pedagogica. (1893). Chronica do Exterior. *Revista Pedagogica*, setembro, 122-127. Acesso em 22 de Janeiro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158562>.

Roca, R. (1903). Um pouco de desenho por D. R. Angsburg. *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, 280-286. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97612>.

Roca, R. (1912). Em classe e para classe: o ensino de desenho - observações gerais - método e processos. *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, março (1), 63-73. Acesso em 19 de Setembro de 2015, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97338>.

Souza, F. F. (2010). Um estudo em tradução cultural no século XIX: Rui Barbosa e o ensino de desenho. *Revista Espaço Acadêmico*, 91-101.

Thompson, O. (1896). O uso dos modelos. Guia do professor para O estudo da Fórma e Desenho nas Escolas Primarias. *Revista A Eschola Publica*, 35-40. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126749>.

Tolosa, B. M. (1893). Primeiras lições de desenho. *Revista A Eschola Publica*, 1, 2-3. Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133603>.